



Senado tem alta produtividade no primeiro semestre, destaca Davi

De acordo com o presidente da Casa, número de proposições deliberadas foi recorde dos últimos 25 anos. Saúde, economia e segurança pública estiveram em evidência

O primeiro semestre de 2019 no Senado foi o mais produtivo dos últimos 25 anos, de acordo com o presidente da Casa, Davi Alcolumbre. Apenas no Plenário, foram analisadas 134 proposições, entre propostas de emenda constitucional, medidas provisórias e projetos de lei. Davi creditou o bom resultado aos presidentes das comissões, à Mesa, aos líderes e ao conjunto dos 81 senadores. Penas mais duras para traficantes, segurança em barragens de mineração e voto aberto para perda de mandato e eleição da Mesa foram algumas das propostas aprovadas. **2 e 3**



Marcos Oliveira/Agência Senado — 26/6/2019

No primeiro semestre, o Plenário realizou 120 sessões, 41 delas foram deliberativas. A maior parte das proposições analisadas foi de autoria dos próprios senadores

Edilson Rodrigues/Agência Senado



Izalci (3º à esq.) coordena debate com representantes de ministérios e instituições da área de ciência e tecnologia

Ministério de Ciência e Tecnologia pede pessoal

A falta de investimentos em pesquisa e de pessoal na área científica foi lamentada pelo diretor de Governança Institucional do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações. Em audiência, Johnny Ferreira dos Santos afirmou que 1,5 mil postos estão desocupados, o que equivale

a um terço dos cargos existentes no órgão. Além disso, 60% da força de trabalho nas 16 unidades de pesquisa está acima dos 51 anos, com muitos servidores próximos da aposentadoria. O contingenciamento de verbas orçamentárias também preocupa os representantes do setor. **4**

Quatro candidatos a embaixador devem passar por sabatina em agosto

A Comissão de Relações Exteriores deve sabatar em agosto quatro diplomatas que vão chefiar embaixadas. Foram indicados Maria Laura

da Rocha, para a Romênia; Eugenia Barthelme, para Cingapura; José Luiz Costa, para a Hungria; e Ary Quintella, para a Malásia. **4**

Senadores divergem sobre indicação de Eduardo Bolsonaro a embaixada nos EUA

O presidente Jair Bolsonaro disse, na terça-feira, que “está definido” que o deputado Eduardo Bolsonaro, seu filho, será indicado a embaixador

nos Estados Unidos. Enquanto alguns senadores classificam a indicação como nepotismo, outros alegam que Eduardo reúne credenciais para o cargo. **4**



Pedro Franco/Agência Senado — 22/5/2019

Senador Nelsinho Trad, presidente da CRE, não se opõe à indicação do deputado

JOVEM SENADOR 2019

ORÇAMENTO PÚBLICO: SUA PARTICIPAÇÃO TEM VALOR

O CONCURSO DE REDAÇÃO DO SENADO FEDERAL É ABERTO A TODOS OS ESTUDANTES DE ENSINO MÉDIO MATRICULADOS EM ESCOLAS PÚBLICAS ESTADUAIS OU DO DF. DIVULGUE: WWW.SENADO.LEG.BR/JOVEMSENADOR

PARCERIA:

REALIZAÇÃO:

Contato: (61) 99187-2248, /SENADOFEDERAL, 0800 612211

Imagem:

Davi destaca alta produtividade do Plenário e

Segundo o presidente do Senado, a Casa teve no período o maior número de deliberações dos últimos 25 anos. Só no Plenário foram 134 propostas analisadas

O PRESIDENTE DO Senado, Davi Alcolumbre, comemorou os resultados alcançados pela Casa no primeiro semestre. Ele informou que, apenas no Plenário, foram deliberadas 134 proposições, entre PECs, medidas provisórias e projetos de lei.

— O semestre do Senado foi o mais produtivo dos últimos 25 anos. Essa vitória não é do presidente do Senado, essa vitória é dos presidentes das comissões, da Mesa, dos líderes e do conjunto dos 81 senadores que compõem a Casa — disse Davi.

Penas mais duras para traficantes de drogas, segurança em barragens de mineração, voto aberto para perda de mandato de parlamentares e adesão automática ao cadastro positivo. Essas são algumas das propostas aprovadas pelo Plenário e pelas comissões nos primeiros seis meses do ano. O número consta do Relatório de Atividade Legislativa, divulgado pela Secretaria-Geral da Mesa.

Entre todas as proposições discutidas, 131 tiveram decisão final, sendo 90 aprovadas no Plenário e 41 nas comissões. A maior parte tem como autores os próprios senadores (68), seguidas de matérias provenientes da Câmara (47), do Executivo (15) e de tribunais, do Ministério Público da União e da Defensoria Pública da União (1). A área social responde por 45 proposições, seguida pela jurídica (37), pela econômica (21) e pela administrativa (15), além de homenagens (13).

O Plenário realizou 120 sessões, 41 delas deliberativas. Nas comissões, foram 374 reuniões e 487 pareceres proferidos. A Comissão de Direitos Humanos (CDH) lidera o ranking de reuniões realizadas, com 68 encontros. Em seguida, aparecem as Comissões de Relações Exteriores (CRE), com 39; de Constituição e Justiça (CCJ), com 36; e de Educação (CE) e de Assuntos Sociais (CAS), com 30 cada uma.

Saúde, economia e segurança pública foram prioridades dos senadores



Acesso a serviços médicos e combate ao fumo foram temas debatidos na área de saúde

Entre as proposições na área de saúde aprovadas no primeiro semestre de 2019, destaca-se o projeto do senador José Serra (PSDB-SP) que proíbe a propaganda de cigarros e o uso de aditivos que confirmam sabor ou aroma aos produtos fumígenos. O PLS 769/2015 estabelece um padrão gráfico único para as embalagens de cigarro e prevê multa de trânsito para quem fumar em veículos quando houver passageiros menores de 18 anos. O projeto foi aprovado em julho em caráter final na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) e, antes de ser enviado à Câmara dos Deputados, aguarda prazo para saber se haverá ou não recurso para votação no Plenário.

Também na área de saúde, o PLC 143/2018 estabelece prazo de 30 dias para a realização de exames para o diagnóstico de câncer no Sistema Único de Saúde (SUS). O texto foi aprovado em abril na Comissão de Assuntos Sociais (CAS) e está pronto para votação no Plenário. A proposta é parte da pauta prioritária da bancada feminina. Para o relator na CAS, senador Nelsinho Trad (PSD-MS), o momento da detecção do câncer tem impacto decisivo no percentual de pessoas que podem ser curadas da doença.

O PLS 453/2017, do senador Lasier Martins (Podemos-RS), facilita a doação de órgãos e dispensa a exigência de consentimento familiar se o parente tiver se manifestado expressamente em vida sobre o desejo de doar. O texto foi aprovado em junho na CCJ e remetido à Câmara. Para o relator, senador Rogério Carvalho (PT-SE), a manifestação da vontade do doador deve ficar livre da intromissão de terceiros.

Lasier é também autor do projeto de decreto legislativo para

sustar a portaria do Ministério da Saúde que, em 2015, restringiu o exame de mamografia para mulheres fora da faixa etária de 50 a 69 anos. O texto (PDS 377/2015) foi aprovado em maio na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) e está pronto para deliberação do Plenário. Para a relatora, senadora Leila Barros (PSB-DF), a portaria é ilegal e afronta a Lei 11.664, de 2008, que assegura a mamografia a todas as mulheres a partir dos 40 anos.

A CAS aprovou em maio o PLS 502/2017, da senadora Rose de Freitas (Podemos-ES), que diminui a carência dos planos de saúde. No caso de urgências e emergências, o prazo é reduzido a zero. Para internações hospitalares, a carência é de no máximo 120 dias. A legislação em vigor prevê prazos de 24 horas para urgências e emergências, 180 dias para cirurgias e 300 dias para parto. O relator, Mecias de Jesus (PRB-RR), considera injustificável um plano não cobrir problema de saúde que exija pronta intervenção nas primeiras 24 horas de contrato. O texto seguiu para a Câmara.

Ainda na área de Saúde, a CAS aprovou em maio o PL 2.313/2019, do senador Jorge Kajuru (PSB-GO), que prevê a rotulagem de alimentos com teores elevados de açúcares, sódio e gorduras. A proposta aguarda a designação de relator na Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor (CTFC).

— O modelo de rotulagem nutricional utilizado no Brasil não cumpre sua finalidade. As informações apresentadas são de difícil compreensão, além de estarem localizadas na parte de trás da embalagem, praticamente escondidas do consumidor — afirmou Kajuru.



Empresas Simples de Crédito e adesão automática a cadastro positivo viraram leis

A criação das Empresas Simples de Crédito, aprovada em março pelo Plenário, foi um dos destaques da área econômica. Pelo PLC 135/2018, as empresas ficam autorizadas a realizar operações de empréstimo e financiamento para microempreendedores individuais, microempresas e empresas de pequeno porte. O texto foi sancionado em abril pelo presidente Jair Bolsonaro, como Lei Complementar 167.

— A pequena empresa neste país gera mais de 12 milhões de empregos. Agora se abre a oportunidade para que os pequenos negócios possam ser financiados com capital próprio dos pequenos empreendedores. É um passo importante que se dá no sentido de melhorar o ambiente de negócios e de estimular a economia — disse o líder do governo, senador Fernando Bezerra Coelho (MDB-PE).

Outro projeto aprovado e convertido em lei foi o que prevê a adesão automática de consumidores e empresas aos cadastros positivos de crédito. Do ex-senador Dalirio Beber, o PLS 212/2017 foi sancionado como Lei Complementar 166.

O objetivo do texto é incentivar

que bons pagadores tenham acesso a juros menores. Existente desde 2011, com participação voluntária dos clientes, o serviço é prestado por empresas especializadas, que avaliam o risco de crédito de empresas e pessoas físicas baseadas em históricos financeiro e comercial. O relator na CCJ foi o senador Tasso Jereissati (PSDB-CE).

Em abril, a Comissão de Assuntos Sociais (CAS) aprovou projeto que isenta do pagamento de Imposto de Renda rendimentos recebidos por pessoas com mais de 75 anos. O PL 582/2019, do senador Alvaro Dias (Podemos-PR), foi relatado por Romário (Podemos-RJ), que incluiu um dispositivo para restringir o limite de isenção. O benefício só vale para rendimentos abaixo de R\$ 23.357,80 — quatro vezes o teto de benefícios da Previdência Social. O texto está na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).

Em junho, o Plenário aprovou o PLC 122/2018, que disciplina a produção e a comercialização de queijo artesanal. O texto seguiu para sanção. Na opinião do relator, Lasier Martins (Podemos-RS), o projeto reduz a burocracia para a venda da produção.



Davi parabenizou os senadores pelos número de projetos aprovados no semestre

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Davi Alcolumbre
Primeiro-vice-presidente: Antonio Anastasia
Segundo-vice-presidente: Lasier Martins
Primeiro-secretário: Sérgio Petecão
Segundo-secretário: Eduardo Gomes
Terceiro-secretário: Flávio Bolsonaro
Quarto-secretário: Luis Carlos Heinze
Suplentes de secretário: Marcos do Val, Weverton, Jaques Wagner e Leila Barros

Secretário-geral da Mesa: Luiz Fernando Bandeira
Diretora-geral: Ilana Trombka

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretora: Angela Brandão
Coordenadora-geral: Ana Lucia Romero Novelli
Diretora de Jornalismo: Ester Monteiro

SECRETARIA AGÊNCIA E JORNAL DO SENADO

Diretor: Flávio Faria
Coordenador-geral: Silvío Burlle
Coordenação de Cobertura: Paola Lima
Serviço de Reportagem: Sheyla Assunção
Serviço de Fotografia: Leonardo Sá
Serviço de Arte: Bruno Bazílio

Jornal do Senado

Editora-chefe: Fernanda Vidigal
Edição e revisão: Joseana Paganine, Juliana Steck, Maurício Müller e Pedro Pincer
Diagramação: Claudio Portella, Ronaldo Alves e Sandro Alex
Tratamento de imagem: Afonso Celso F. A. Oliveira e Roberto Suguino
Circulação e atendimento ao leitor: (61) 3303-3333

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Agência Senado, do **Jornal do Senado**, da Rádio Senado e da TV Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso em papel reciclado pela Secretaria de Editoração e Publicações (Segraf)

das comissões no primeiro semestre de 2019



Rouge de São Agência Senado — 28/5/2019



Educação e Cultura

DF e municípios poderão ter auxílio financeiro para educação infantil

Na área de educação, o Senado aprovou projeto que autoriza o Distrito Federal e os municípios a instituir programa de auxílio financeiro para a matrícula de crianças de até 5 anos em escolas de educação infantil. O PLS 466/2018, do senador José Serra (PSDB-SP), passou pelo Plenário em abril e seguiu para a Câmara. Para a relatora, senadora Rose de Freitas (Podemos-ES), o texto contempla famílias que precisam de atenção do poder público.

Na área de cultura, a Casa aprovou proposta, do senador Dário Berger (MDB-SC), que prevê a antecipação para as segundas-feiras de feriados nacionais que caíam em dias úteis. O PLS 389/2016 não afeta datas como Confraternização Universal (1º de janeiro), Carnaval, Sexta-feira Santa, Dia do Trabalho (1º de maio), Corpus Christi, Independência (7 de setembro), Nossa Senhora Aparecida (12 de outubro) e Natal (25 de dezembro). A proposta foi aprovada na Comissão de Educação e Cultura (CE) em maio e seguiu para a Câmara. O relator foi o senador Jorginho Mello (PL-SC).



Assistência Social

Limite de renda para pagamento de benefício a idoso e deficiente deve aumentar

No âmbito da assistência social, o destaque foi o Projeto de Lei do Senado 374/2018, do ex-senador Dalírio Beber, que aumenta o limite da renda familiar per capita para idosos com mais de 65 anos e pessoas com deficiência que têm direito a receber o Benefício de Prestação Continuada (BPC). A proposta recebeu parecer favorável do relator, Romário (Podemos-RJ), e aguarda parecer da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), onde Paulo Paim (PT-RS) é o relator.

O projeto altera a Lei Orgânica da Assistência Social (Loas — Lei 8.742, de 1993) para determinar que a renda mensal per capita da família atendida seja igual ou inferior a três quintos do salário mínimo (R\$ 598,80). Atualmente o valor de referência para obter o BPC equivale a um quarto do mínimo (R\$ 249,50). Criado pela Constituição, o auxílio é pago a idosos e pessoas com deficiência sem meios de se manter ou de serem sustentadas pela família. Para Romário, as exigências para o acesso ao benefício são “muito severas e draconianas”.

Senadores aprovaram, de acordo com dados da Secretaria-Geral da Mesa, 45 propostas no âmbito social, 37 na área jurídica, 21 no setor econômico e 13 homenagens



Aprovado voto aberto para eleição da Mesa, perda de mandato e prisão em flagrante de senador

Na área da política, os senadores aprovaram o Projeto de Resolução 57/2015, do senador Reguffe (sem partido-DF), que prevê o voto aberto em decisões sobre perda de mandato e prisão em flagrante de senador por crime inafiançável. O voto aberto também deverá ser adotado para eleição da Mesa. O texto aprovado em maio pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) aguarda a designação de relator na Comissão Diretora.

Em outra frente, a CCJ rejeitou projeto que revogava os percentuais mínimo e máximo de candidaturas de cada sexo para cargos proporcionais. O PL

1.256/2019, do senador Angelo Coronel (PSD-BA), foi relatado pelo senador Fabiano Contarato (Rede-ES), para quem a medida desestimularia a participação feminina na política.

— Se depender de mim, as mulheres terão um aliado incondicional. Não só para a manutenção dos seus direitos, mas para evitar que os direitos que elas conseguiram sejam violados. Os homens estão à frente das mulheres no processo legislativo há mais de 400 anos. A mulher só teve direito ao voto em 1932. A humanidade tem uma dívida eterna com as mulheres, e não podemos conceber esse retrocesso.



Sobre tecnologia, foram aprovados proteção de dados pessoais e cancelamento de assinatura de TV

Na área de tecnologia, destaque para a aprovação da proposta de emenda à Constituição que inclui a proteção de dados pessoais entre os direitos fundamentais do cidadão. A PEC 17/2019, que tem como primeiro signatário o senador licenciado Eduardo Gomes (MDB-TO), fixa como competência privativa da União legislar sobre o assunto. A PEC foi aprovada em julho pelos senadores e seguiu para análise dos deputados.

— Constitucionalizar a questão significa o Estado dizer que reconhece a importância do tema, classificando esse direito à proteção de dados como fundamental. Ou seja, o Estado, a sociedade, o cidadão, podem ter direito, como regra geral, ao conhecimento do outro, desde que haja realmente necessidade. Do contrário, é preciso preservar ao máximo a intimidade e a privacidade dos dados — explicou a relatora, senadora Simone Tebet (MDB-MS).

Outro projeto na área de tecnologia aprovado pelo Senado (PLC 131/2015) estabelece como

direito dos assinantes a possibilidade de cancelamento dos serviços de TV por assinatura pessoalmente ou pela internet.

O texto foi sancionado em maio como a Lei 13.828, de 2019. O objetivo da norma é evitar contratempos aos consumidores, que são obrigados a gastar muito tempo em ligações telefônicas na tentativa de cancelar contratos.

— Os consumidores muitas vezes são extorquidos por esses serviços intermináveis, que dão toda a facilidade para a pessoa entrar, mas quando a pessoa quer cancelar eles montam um sistema burocrático para tentar ganhar o máximo de tempo possível com o consumidor ali sendo forçado a utilizar o serviço — disse Weverton (PDT-MA).

O senador é autor de outro projeto de lei (PL 669/2019) que proíbe a cobrança de taxa de religação de serviços públicos, como água e energia elétrica. A proposta passou pela CAE, onde foi relatada pelo senador Mecias de Jesus (PRB-RR). O texto aguarda relatório do senador Eduardo Girão (Podemos-CE) na CTFC.



Segurança Pública

Internação de dependentes e reeleição de conselheiro tutelar são destaques da segurança

Na segurança pública, merece destaque o projeto que altera o Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas (Sisnad). O PLC 37/2013 reforça o papel das comunidades terapêuticas no tratamento de dependentes e facilita a internação involuntária, contra a vontade do dependente. Do então deputado Osmar Terra, hoje ministro da Cidadania, o texto foi aprovado em maio pelo Plenário e sancionado em junho pelo presidente Jair Bolsonaro (Lei 13.840).

A norma também aumenta a pena mínima para o traficante que comandar organização criminosa e prevê atenuante para o acusado se a quantidade de drogas apreendida for de “menor potencial lesivo da conduta”. O relator na CAE e na CAS, senador Styvenson Valentim (Podemos-RN), manteve o

texto original aprovado pelos deputados.

— A problemática é de conhecimento amplo. O uso da droga na atualidade é uma preocupação mundial. Entre 2000 e 2015, houve um crescimento de 60% no número de mortes causadas diretamente pelo uso das drogas.

Conselheiro tutelar

Outro projeto aprovado e já transformado em lei permite a reeleição indefinida dos conselheiros tutelares (Lei 13.824). Antes, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) só permitia uma recondução.

Para o relator na Comissão de Direitos Humanos (CDH), senador Lucas Barreto (PSD-AP), bons conselheiros terão oportunidade de dar continuidade ao trabalho em defesa de crianças e adolescentes.



Meio Ambiente

Senadores reagiram ao desastre de Brumadinho com propostas sobre segurança de barragens

O desastre ambiental de Brumadinho, em Minas Gerais, repercutiu no Senado e resultou na aprovação de dois projetos de lei. O PL 1.452/2019, da senadora Rose de Freitas (Podemos-ES), prevê o reaproveitamento e a redução de rejeitos acumulados em barragens. Aprovada pelo Plenário em maio, a proposta seguiu para a Câmara.

Já o PL 1.396/2019, de Carlos Viana (PSD-MG), prevê que os causadores de poluição indenizem União, estados e municípios por despesas com operações de socorro, resgate, assistência e mitigação de danos ambientais e sociais. O texto foi aprovado em maio na Comissão de Meio Ambiente (CMA) e está na CCJ, onde o relator é Otto Alencar (PSD-BA).

— Esse projeto dá cartão vermelho para empresas que destroem o meio ambiente e a vida humana.

A proposição amplia o escopo da responsabilização civil na legislação ambiental, aplicável em particular a desastres ambientais — afirmou Otto.

Ainda na área ambiental, o PLS 358/2018 proíbe a venda de animais de estimação em espaços públicos fora de estabelecimento comercial. A CMA aprovou o relatório de Soraya Thronicke (PSL-MS) para o projeto do ex-senador Rudson Leite. A proposta foi para a CCJ, onde aguarda o relatório de Wellington Fagundes (PL-MT).

“A venda de animais em logradouros como praças, vias de circulação e feiras livres, por meio de comércio ambulante, é uma prática a ser banida. Os animais ficam sujeitos a calor excessivo, chuva, frio, privação de água e alimento, estresse, risco de acidentes e lesões. Além disso, as condições sanitárias são negligenciadas”, diz Soraya.

Ministério tem um terço de cargos vagos, diz diretor

Em audiência sobre a crise orçamentária e a de pessoal na área científica, diretor da pasta de Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações afirmou que 1,5 mil postos estão desocupados

O MINISTÉRIO DA Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações tem atualmente 1,5 mil cargos vagos, o que equivale a um terço dos cargos existentes no órgão, informou ontem o diretor de Governança Institucional da pasta, Johnny Ferreira dos Santos, na Comissão de Ciência e Tecnologia (CCT). A audiência debateu a crise orçamentária e a de pessoal na área científica e tecnológica.

— Hoje, se o Ministério da Economia nos autorizasse um concurso, eu nem precisaria criar cargos — afirmou.

Segundo Santos, apenas 18% dos cargos estão na administração central do ministério. O restante está nas 16 unidades de pesquisa. No entanto, 60% dessa força de trabalho está acima dos 51 anos, com muitos servidores próximos da aposentadoria.

— Isso é extremamente preocupante, porque o impacto está sendo maior justamente nas unidades de pesquisa — relatou.

O diretor disse ainda que de 2012 a 2019 houve o ingresso



Izalci (C) quer levar o debate para a Comissão Mista de Orçamento

de 573 profissionais, mas 1.196 servidores se aposentaram, gerando um déficit de 623 funcionários.

O contingenciamento também preocupa os representantes do setor. O presidente da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), Ildeu Moreira, afirmou que é um “tiro no pé” tirar recursos da área de ciência e tecnologia.

A audiência pública foi requerida pelo senador Izalci Lucas (PSDB-DF). Segundo o senador, que criou a Frente Parlamentar de Ciência, Tecnologia e Inovação para defender projetos que be-

neficiem o setor, é preciso popularizar a ciência e contratar novos pesquisadores. Ele propôs repetir a audiência na Comissão Mista de Orçamento (CMO).

O presidente da CCT, Vanderlan Cardoso (PP-GO), defendeu investimentos em pesquisa. Ele disse que participou de um congresso de telecomunicações na Espanha, no início do ano, e lá percebeu atrasos do Brasil em áreas como a energia termossolar.

— Estamos atrasados em pesquisa e desenvolvimento. E audiências como esta servem justamente para refletirmos sobre isso.

Indicação de Eduardo Bolsonaro para embaixada nos EUA repercute

A declaração do presidente Jair Bolsonaro de que indicará o filho deputado Eduardo Bolsonaro (PSL-SP) para embaixador do Brasil em Washington repercutiu entre senadores. Pela Constituição, cabe ao Senado aprovar ou rejeitar as indicações para chefes de missões diplomáticas, após sabatina na Comissão de Relações Exteriores (CRE).

O presidente do Senado, Davi Alcolumbre, afirmou que conversou com o presidente da República sobre o assunto:

— Bolsonaro me perguntou qual seria a impressão do Senado, e eu manifestei que isso é uma decisão pessoal dele. O presidente tem prerrogativa para indicar — disse Davi.

O presidente da CRE, Nelsoninho Trad (PSD-MS), diz que o embaixador do Brasil nos Estados Unidos precisa estar alinhado com o governo.

O líder do governo no Senado, Fernando Bezerra Coelho (MDB-PE), acredita que, se a indicação for formalizada, o nome será aprovado. Segundo

ele, há maioria de votos tanto na CRE quando no Plenário para confirmar o nome.

Líder do PSL e membro da CRE, Major Olimpio (SP) afirmou, em uma rede social: “Defendo, defenderei e votarei para o Eduardo ser embaixador, se for indicado”.

Já para o líder da Minoria, Randolfe Rodrigues (Rede-AP), integrante da CRE, é um absurdo que a possibilidade de o filho do presidente ocupar um posto tão importante da diplomacia seja ao menos cogitada.

— É nepotismo claro, declarado — criticou.

Para Humberto Costa (PT-PE), a indicação seria uma humilhação para o Itamaraty, pois “nenhuma democracia séria trata seu principal posto no exterior como capitania hereditária”.

Alvaro Dias (Podemos-PR) está colhendo assinaturas para apresentar uma PEC que prevê que apenas servidores de carreira possam exercer a função de embaixador.

Izalci Lucas faz balanço dos primeiros meses do mandato

Izalci Lucas (PSDB-DF) fez ontem um balanço dos primeiros meses do seu mandato. O senador lembrou que defendeu a escola em tempo integral e as bolsas de estudo para universitários, e lutou por mais dinheiro para o setor.

Em relação à Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, da qual é presidente, destacou o projeto que prevê a implantação, em todo o país, dos centros de desenvolvimento regional. Segundo ele, a ideia é aproximar os órgãos do governo e dos setores acadêmicos e produtivos para elaborar projetos inovadores.

Styvenson destaca propostas apresentadas no primeiro semestre

Em balanço das atividades que desempenhou no primeiro semestre, o senador Styvenson Valentim (Podemos-RN) destacou projetos de sua autoria apresentados.

Foram 38 proposições, como o PL 3.127/2019, que possibilita a castração química voluntária de pessoas condenadas de forma reincidente por crime contra a liberdade sexual, e a PEC 87/2019, que exige exame toxicológico de todos os profissionais da segurança pública.



Waldemir Barreto/Agência Senado

Comissão deve sabatar quatro embaixadores

A Comissão de Relações Exteriores (CRE) deve sabatar em agosto quatro candidatos a embaixadores do Brasil. Os relatórios com as mensagens presidenciais foram lidos ontem.

Na ocasião das sabinas, a CRE deve votar os relatórios, que, em seguida, serão enviados ao Plenário.

Maria Laura da Rocha deverá representar o Brasil na embaixada da Romênia. O

parecer favorável à indicação (MSF 34/2019) foi elaborado por Mara Gabrielli (PSDB-SP) e lido por Soraya Tronicke (PSL-MS).

Para a embaixada brasileira em Cingapura, foi indicada a ministra de primeira classe Eugenia Barthelmess (MSF 36/2019). E para exercer o cargo de embaixador do Brasil na Hungria (MSF 35/2019), está indicado o diplomata de carreira José Luiz Machado

e Costa. Os dois relatórios, elaborados por Marcio Bittar (MDB-AC), são pela aprovação dos candidatos.

Ary Norton de Murat Quintella, outro ministro do Itamaraty, deverá ocupar o cargo de embaixador do Brasil junto à Federação da Malásia e, cumulativamente, junto a Brunei. O senador Esperidião Amin (PP-SC) também elaborou parecer favorável à indicação (MSF 37/2019).

Eduardo Girão critica possível distribuição de cargos federais

Eduardo Girão (Podemos-CE) disse ontem estar preocupado com o conflito entre o que chamou de “velha e má política” e de “nova e boa política”. Ele citou reportagem do *Diário do Nordeste* que indica a possível distribuição de cargos para deputados cearenses que votaram pela reforma da Previdência.

— Porque, senão, vai ser mais do mesmo. Entra um governo de direita, aí coloca as pessoas ligadas àquele governo. Entra de esquerda, tira as pessoas e coloca.



Waldemir Barreto/Agência Senado

Alvaro Dias condena decisão de Dias Toffoli no âmbito da Lava Jato

Alvaro Dias (Podemos-PR) criticou ontem a decisão do Supremo Tribunal Federal (STF), Dias Toffoli, de paralisar todos os processos de crimes financeiros que tenham por base informações apuradas pelo Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf) e pela Receita, sem autorização da Justiça.

Alvaro afirmou que defende de forma implacável a Operação Lava Jato. Na visão dele, ela é “o marco no qual todos serão iguais perante a lei”.



Waldemir Barreto/Agência Senado

Kajuru cita projetos de sua autoria e ressalta papel do Fundeb

Jorge Kajuru (PSB-GO) fez ontem a prestação de contas das atividades no primeiro semestre. O senador destacou a proposta de sua autoria que torna permanente o Fundeb (PEC 33/2019). O fundo acaba em dezembro de 2020.

Também ressaltou o projeto que atualiza a tabela do Imposto de Renda (PL 2.988/2019) e a proposta que obriga a realização do teste do pezinho ampliado, que facilita a identificação de mais de 50 doenças congênitas (PL 2.696/2019).



Waldemir Barreto/Agência Senado

Mecias de Jesus defende permissão para dirigir aos 16 anos

Mecias de Jesus (PRB-RR) defendeu ontem o PL 3.973/2019, de sua autoria, que modifica o Código de Trânsito Brasileiro (Lei 9.503, de 1997) para permitir a emissão de licença para dirigir a partir dos 16 anos de idade.

A justificativa do senador é de que os jovens de hoje sabem manejar com facilidade equipamentos de avançada tecnologia e possuem um apurado senso de responsabilidade quanto aos seus direitos e deveres.



Waldemir Barreto/Agência Senado

Wellington celebra o Dia Nacional de Proteção às Florestas

O Dia Nacional de Proteção às Florestas, comemorado ontem, foi lembrado por Wellington Fagundes (PL-MT). O senador destacou que a data tem o objetivo de conscientizar sobre a importância da preservação dos biomas e das inúmeras espécies de animais para a qualidade da vida da humanidade.

— Nosso objetivo como produtor, como estado que tem essa responsabilidade, é chamar a atenção para a necessidade da preservação ambiental.



Waldemir Barreto/Agência Senado